

Campus

22.000

euros de orçamento académico

... É o valor médio anual a desembolsar para estudar numa universidade privada dos EUA. Nas instituições estatais, o valor cai para metade.

IST publica primeira obra científica sobre a cortiça

"A Cortiça" é o título da obra de Maria Emília Rosa, Helena Pereira e Manuel Amaral Fontes, lançada na semana passada pela IST Press. Trata-se da primeira obra científica sobre a cortiça, produto de que Portugal é o principal produtor mundial com uma quota de 54%.

|| Avaliação externa das escolas de Economia da Fundação das Universidades Portuguesas

Curso de Economia da Nova em primeiro lugar a nível nacional

CLASSIFICAÇÃO DAS LICENCIATURAS EM ECONOMIA*

	Nova	Católica (Lisboa)	Economia do Porto	Católica (Porto)	Técnica (ISEG)	Coimbra	Minho	Aveiro	ISCTE	Portugalense	Algarve	Beira Interior	Trás os Montes	Lusófona	Évora	Independente	Autónoma	Lusíada (Lisboa)	Lusíada (Porto)
Organização institucional	A	A	A	B	A	B	B	B	C	C	B	B	B	C	E	C	C	C	C
Objectivos do curso	A	A	B	B	B	A	B	B	B	C	B	B	C	B	B	D	D	D	D
Plano de estudos	A	A	B	C	B	B	B	B	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
Conteúdos programáticos	A	A	A	B	B	A	B	B	B	C	B	B	B	C	B	C	C	C	D
Alunos	A	B	A	B	C	B	B	B	B	D	C	C	D	E	D	E	E	E	E
Proc. Pedagógico	B	B	B	B	B	C	C	C	B	B	C	C	B	C	C	C	C	D	C
Corpo docente	A	A	B	B	B	B	B	C	C	C	C	C	C	C	C	D	D	D	E
Pessoal não-docente	B	B	B	A	A	B	A	B	C	B	B	B	C	B	B	B	B	B	C
Instalações/equipamentos	B	B	B	B	A	C	B	A	C	A	B	C	D	C	D	C	D	D	B
Recursos financeiros**																			
Relações externas/Internacionalização	A	B	B	B	C	B	B	C	C	D	C	C	C	C	C	D	D	D	D
Ambiente académico	A	A	A	A	B	B	B	B	A	B	B	B	B	B	C	B	C	C	D
Gestão da qualidade	B	B	B	B	C	B	B	C	B	C	C	B	C	C	C	C	C	C	D
Empregabilidade	A	B	A	A	B	B	B	B	B	C	B	B	C	C	C	E	D	D	C

* Exclui curso de Economia e Gestão do Instituto Piaget de Viseu (componentes de gestão são dominantes sobre as de economia) e curso de Economia e Finanças da Universidade Fernando Pessoa (em "desactivação"); A=excelente - B=muito bom - C=bom - D=suficiente - E=insuficiente

** Não se procedeu à classificação por se ter registado limitações inultrapassáveis na comparabilidade dos dados. | Fonte: Comissão de Avaliação Externa de Economia

Nova, Católica de Lisboa e Faculdade de Economia do Porto ocupam o pódio dos cursos de Economia. Nos lugares de baixo da tabela assinala-se excesso de permissividade nas condições de acesso.

LUÍS MADUREIRA lmadureira@mediainfin.pt

A AVALIAÇÃO dos 19 cursos de Economia promovida pela Fundação das Universidades Portuguesas (FUP) revela que as cinco melhores licenciaturas estão localizadas em Lisboa e Porto, com a Católica a bisar nas duas cidades.

Segundo a comissão de avaliação externa da FUP, o curso de Economia da Universidade Nova de Lisboa é o que recolhe o maior número de notas máximas ("A") nos 14 itens analisados, que incluem o plano de estudos, os conteúdos programáticos, o corpo docente, as relações externas e a internacionalização e os níveis de empregabilidade dos recém-licenciados. Logo a seguir surgem a Católica de Lisboa, a Faculdade de Economia do Porto, a Católica do Porto e a Universidade Técnica de Lisboa.

Embora sem ser apresentado sob a forma de "ranking", os dados compilados pela comissão de avaliação revelam que a dispersão "qualitativa"

pelo território nacional só se inicia a partir da sexta licenciatura que recolhe um "A", mais concretamente a Universidade do Minho.

"Não podemos absolutizar os resultados. Há sempre um grau de subjectividade inerente, dado que não podemos introduzir os pontos a avaliar num computador e esperar pelos resultados". Assim justifica Meira Soares, presidente do Conselho de Avaliação Externa da FUP, a opção pela não hierarquização.

Crítérios de acesso No relatório recentemente divulgado, a comissão alerta para diversos problemas com que se debatem as licenciaturas portuguesas em Economia. Um dos pontos referenciados diz respeito às condições de acesso: "dependência exclusiva da prova específica de Matemática (...), grande 'facilitação' do 'acesso' por aceitação das provas específicas mais diversas, (...) e aceitação de candidatos com notas de candidatura inferiores a 9,5 valores".

A comissão considera ainda que, no âmbito dos "numeri clausi", "há situações de maior grau de exigência", nomeadamente nas universidades Nova, Aveiro, Católica de Porto e Lisboa, Coimbra, Minho, Porto e ISCTE. Os casos mais "permissivos" registam-se nas universidades Autónoma, Independente, Lusófona e Lusíada de Lisboa e Porto. Os avaliadores sublinham a "correlação si-

gnificativa entre a exigência e o tempo necessário para a conclusão do curso". Por exemplo, nas universidades com melhor classificação só 20% dos alunos precisam de dois ou mais anos para além da duração normal do curso para o concluir, nas piores "performances" o valor chega aos 75%.

Outro dado a destacar é o da percentagem de docentes que tinham o doutoramento. Na UAL, UBI, Independente, Portugalense, Lusófona, Lusíada de Lisboa e Porto e UTAD, menos de um terço dos seus docentes tinham o grau de doutor. No extremo oposto, os dois pólos da Católica, Évora, Minho, Nova de Lisboa, FEP e UTL tinham mais de metade do seu corpo docente doutorado.

Finalmente, a comissão de avaliação assegura ainda ser impossível a comparação com base na utilização dos meios financeiros e dos custos, dado que "as bases contabilísticas não são homogéneas". Para Meira Soares, "esta avaliação tem como objectivo primordial melhorar as condições, ajudando-as a perceber o que pode ser melhorado". O presidente do comissão de avaliação admite que está em discussão o abandono do modelo de avaliação a cursos, em detrimento da análise das unidades funcionais. "Poderá ser uma espécie de mistura entre a avaliação científico-pedagógica e a avaliação organizacional".

Nova lidera na dimensão internacional do corpo docente e dos alunos



A Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa lidera o número de "A's" colecionadas.

Para Luís Campos e Cunha, director da FEUNL, o resultado da avaliação "não é uma surpresa e é fruto de um cultura de qualidade e inovação com mais de 25 anos". Docentes de dimensão internacional, ensino tecnicamente sólido e estimulante e alunos provenientes do secundário com médias glo-

bais de 16 valores, eis alguns dos trunfos da licenciatura. "O corpo docente é sobejamente conhecido e actualmente contratamos exclusivamente no mercado internacional como forma de garantir a entrada de sangue novo todos os anos. Neste momento, uma parte significativa do corpo docente vem de países tão diferentes como a Bulgária, a Alemanha ou a China e no próprio Conselho Científico trabalha-se apenas em Inglês. Esta é, naturalmente, a língua lectiva em mais de metade das cadeiras do curso de Economia da Nova, e na totalidade dos programas de MBA e Doutoramento", esclarece o director. A prova do factor internacional é, segundo Campos e Cunha, o facto de "só este semestre termos 110 alunos estrangeiros na faculdade e mais de 160 dos nossos alunos saíram para outras universidades europeias". A empregabilidade é praticamente total três meses após a conclusão do curso.

O director da Faculdade de Economia da Nova admite que as próximas avaliações externas devem "incluir avaliadores académicos de outros países" com o objectivo de transmitir "maior independência e transparência" ao painel de avaliação. Neste ano lectivo entraram para a FEUNL 180 alunos para o curso de Economia, num universo total de 1700 alunos.

Aluno de Hotelaria e Turismo vence prémio internacional

Pedro Alexandre Oliveira Simões, aluno do curso de Técnicas e Gestão Hoteleira da Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra, foi premiado com a Medalha de Ouro no Concurso de Restaurante, realizado no passado sábado em Bled, Eslovénia. No evento participaram 135 escolas de 35 países.

118

milhões de euros para 2005

É a maior dotação orçamental para o funcionamento do Superior e coube à Universidade do Porto.

Universidade de Aveiro estreia pesquisa bibliográfica "online"

"Colcat" é o nome do mais recente motor de pesquisa bibliográfica desenvolvido pelos Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro. Mais rapidez e eficácia no processo de procura de informação e um leque abrangente de bibliotecas a pesquisar são os grandes trunfos deste projecto, pioneiro a nível nacional. Disponível em acesso

livre e gratuito em <http://cc.doc.ua.pt>, a nova ferramenta tecnológica da UA permite a consulta a cerca de 180 mil livros. O sistema faculta ainda uma busca às bibliotecas das universidades de Lisboa, Minho, Católica, Coimbra, Porto, à Biblioteca Nacional e do Parlamento e ainda à Califórnia Digital Library e COPAC (Irlanda).

Católica realça efeito das propinas



A directora da Faculdade de Ciências Empresariais e Económicas da Universidade Católica de Lisboa,

Fátima Barros, afirma que as conclusões do relatório "reconhecem os pontos fortes" da licenciatura, embora discorde da classificação no que diz respeito ao ponto da empregabilidade, baseando-se numa auditoria realizada por três peritos de universidades espanhola e norte-americanas. Fátima Barros acredita que se a FCEE pudesse concorrer na angariação de alunos como as instituições públicas, "sem que os nossos alunos tenham de pagar propinas muito mais elevadas, conseguiríamos atingir todos os nossos objectivos". Finalmente, a responsável da Católica defende que as avaliações deverão ser feitas por uma comissão de peritos internacionais.

FEP valoriza empregabilidade



A licenciatura da Faculdade de Economia da Universidade do Porto é a primeira classificada a norte, a terceira a nível nacional. Segundo José Costa, director da FEP,

"não é legítimo as escolas fazerem 'rankings' e tirarem proveito deste tipo de avaliações". Ainda assim acredita que "as classificações reflectem, de certa forma, a leitura que à partida as pessoas já têm" das instituições. José Costa considera que "o panorama geral das licenciaturas em Economia até é relativamente bom" e admite que a boa classificação da FEP é resultado da qualidade dos alunos, da experiência acumulada baseada num ensino exigente e nas elevadas taxas de empregabilidade (acima dos 80%). Neste ano lectivo, entraram para a FEP 216 alunos para o curso de Economia e 114 para a licenciatura em Gestão.

Reitores contestam intenção do Ministério das Finanças e mantêm actos de gestão

Universidades não prescindem dos "saldos da gerência"

LUÍS MADUREIRA lmadureira@mediafin.pt

AS UNIVERSIDADES públicas portuguesas estão apreensivas com a possibilidade de os saldos da gerência de cada exercício poderem reverter para os cofres do Ministério das Finanças. Em suspenso está a transferência das verbas remanescentes de um exercício fiscal para o outro, um mecanismo de gestão previsto no decreto-lei 252/97 de autonomia financeira das universidades, mas que já foi inviabilizado ao tempo de Manuela Ferreira Leite.

Adriano Pimpão, presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, afirmou ao Jornal de Negócios que já solicitou uma conversa com responsáveis do Ministério da Finanças e do Ministério da Ciência e Ensino Superior. "Todos temos que contribuir para a consolidação orçamental mas há várias formas de lá chegar. Não quero afirmar que a situação é ilegal, prefiro antes dizer que o Governo deve ter cometido um equívoco", ao equacionar novamente a captação dos saldos de gerência das universidades. Adriano Pimpão explica que a dotação orçamental para o Ensino Superior "frustrou as expectativas dos reitores" e que a questão dos saldos de gerência precisa de ser esclarecida quanto antes.

"No último conselho de reitores decidimos manter os actos de gestão previstos na lei. Acusam muitas vezes as universidades de não possuírem



Adriano Pimpão, presidente do CRUP, quer esclarecimentos de Bagão Félix

estratégias de desenvolvimento a longo prazo, mas, de facto, assim é difícil saber com o que podemos contar no final do ano". O presidente do CRUP estranha, "por um lado, o incentivo à captação de receitas próprias pelas universidades e, por outro, a captação dessas mesmas receitas".

Na Universidade do Minho, por exemplo, o saldo de gerência em 2003 foi de 21,75 milhões de euros. Segundo o reitor da UM, Guimarães Rodrigues, "é perfeitamente descabido pensar na apropriação ou proibição de transição de saldos de gerência, a menos que se queiram inviabilizar projectos de investigação e desenvolvimento financiados". Para além disso, o reitor esclarece que "as universidades devem gerir projectos e não anos fiscais. Qualquer lógica que tenha por base outro princípio

traduz uma má aplicação do financiamento e traduz-se em custos reais acrescidos".

Já Novais Barbosa, reitor da Universidade do Porto, reafirma a "ilegalidade" da ameaça que paira sobre as universidades. "Quase que faria com que entregasse as chaves. Habitualmente, os ministérios tendem a esquecer parte da legislação em vigor", sublinha.

Finanças não respondem O Jornal de Negócios confrontou o Ministério das Finanças com esta situação antes e depois da apresentação pública da proposta de Orçamento de Estado para 2005, não tendo obtido qualquer resposta do gabinete de Bagão Félix.

O antigo ministro da Educação socialista, Augusto Santos Silva, explica que "uma parte considerável

dos saldos de gerência das universidades é fictício, na medida em que, por exemplo, os projectos de investigação aprovados e financiados parcialmente em Dezembro de um dado ano têm continuidade nos meses do ano seguinte", pelo que não é admissível que o Estado se aproprie dessas receitas e "apregoe que o ensino Superior afinal não é sub-financiado, como fez o ministro Pedro Lynce". Na altura em que tutelava a pasta da Educação, Santos Silva lembra que o valor global dos saldos de gerência "rondaria os 150, 200 milhões de euros".

Santos Silva refere que o congelamento desta ferramenta de gestão "limita ainda mais a ginástica das universidades, numa altura em que o crescimento real do financiamento é nulo" e que "há instituições que começaram a despedir professores".

Em causa está o decreto-lei 252/97 do tempo do ministro Marçal Grilo

"Ilegal e inqualificável", segundo Alberto Amaral

ALBERTO AMARAL, presidente do Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPES), classifica de "ilegal e inqualificável" a eventual proibição de transição dos saldos de gerências das universidades de um exercício fiscal para o outro.

"Por um lado é inadmissível que se obrigue as universidades a gastar o dinheiro excedente e por outro não faz sentido que se impeça uma instituição de poupar ao longo do ano para realizar investimentos no futuro", sublinhou Alberto Amaral ao Jornal de Negócios.

A transição dos saldos de gerência das universidades está prevista no decreto-lei 252/97 de 26 de Setembro,



ALBERTO AMARAL
Presidente CIPES

"O Governo devia respeitar os compromissos com as instituições universitárias, fundamentalmente quando permite a libertação do endividamento de autarquias e clubes de futebol", afirma o presidente do CIPES.

elaborado no tempo de Marçal Grilo e redigido com o apoio de Alberto Amaral. O artigo 9º é bem claro: "não são aplicáveis à universidades as disposições legais que prescrevem a obrigatoriedade de reposição nos cofres do Estado dos saldos de gerência provenientes das dotações concedidas pelo Orçamento do Estado".

Segundo o presidente do CPES, a gestão da antiga ministra da Finanças Manuela Ferreira Leite "já tinha impedido esta transição de dinheiro num ano de aperto", contudo o restabelecimento desta impopular medida só poderá merecer "a oposição firme do conjunto de reitores dado que se trata de um retrocesso

temporal. O Governo devia respeitar os compromissos com as instituições, fundamentalmente quando permite o endividamento de autarquia e clubes de futebol".

O responsável pela recente compilação de um Livro Branco do Ensino Superior - apresentado quando era ministro Pedro Lynce - lembra que hoje o financiamento das universidades não é só originário do Orçamento de Estado, mas também por via da contratualização de apoios plurianuais e de "cada vez mais serviços prestados a entidades externas", pelo que a impossibilidade de transferência de fundos "pode ferir inclusivamente a legislação comunitária".

Pedro Aperta